

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 931

Negociação enrolada Greve reforçada

TODOS PARADOS NO DIA DO APAGÃO

O secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira, garantiu ontem que o Supremo continuará defendendo a proposta que consta do PL 6613/09. Ele considerou, ainda, um desrespeito com o Poder Judiciário caso esteja ocorrendo alguma negociação, por parte do governo federal, de proposta diferente da que fora apresentada pelo STF. Espera-se para hoje uma reunião entre Peluso e o Ministério do Planejamento. Mas boas intenções apenas não bastam.

Temos outro problema. Quinta-feira passada, depois da reunião com Paulo Bernardo, a Comissão de Trabalho enviou ofício ao Conselho Nacional de Justiça pedindo que este se posicione em relação ao PCS dos servidores e sobre a necessidade de o projeto voltar para o CNJ para apreciação dos conselheiros. Isto foi levantado por Bernardo na reunião. Na hora o comando mostrou que a LDO não exige este procedimento e o ministro recuou dizendo que precisaria ouvir a assessoria. Evidentemente quer ganhar tempo.

Segundo o Presidente da CTASP, a Comissão

compreende o posicionamento do STF e da Fenajufe, de que não há necessidade de o projeto retornar ao Conselho Nacional de Justiça, já que o mesmo já foi apreciado e aprovado em sessão administrativa do STF, mas, quer ouvir o posicionamento do CNJ.

Em reunião ontem à noite, o Comando Nacional de Greve avaliou que realmente há uma interlocução entre a cúpula do Judiciário e o governo federal, mas até agora não há nada de concreto além da clara intenção do governo em apostar no esgotamento do tempo para a tramitação do PCS. O retorno do PL 6613/09 para o CNJ representaria um retrocesso uma vez que reabriria discussões sobre o mérito da proposta, aprovada por unanimidade pelo STF.

Diante da falta de fatos concretos sobre o processo de negociação e também da possibilidade de o governo mandar o PCS de volta ao CNJ, o Comando Nacional de Greve convoca todos os servidores do Judiciário Federal e do MPU para participarem nesta terça-feira, 1º de junho, do Dia Nacional de Luta, “batizado” como o dia do “apagão”.

VENHA PARA A LUTA

Assembleia quarta, 02, às 16 horas, no TRE

Repúdio aos ataques ao Direito de Greve

Os delegados da reunião ampliada aprovaram por unanimidade resolução em que repudiam “quaisquer portarias e outros atos administrativos dos tribunais que ataquem ou restrinjam o direito de greve dos servidores”. Confira abaixo o texto da resolução.

Denunciar restrições ao direito de greve pelos tribunais

Considerando as inúmeras pressões da cúpula do Judiciário e das administrações dos diversos estados, exercidas sobre os servidores e sobre a greve de forma geral; considerando que a greve é instrumento legítimo de pressão, constitucionalmente garantido a todo trabalhador, nos termos da CF de 1988; considerando a necessidade de fortalecimento do movimento grevista em nível nacional, diante da intransigência do governo nas negociações. A reunião ampliada da Fenajufe resolve:

1. Construir documento denunciando regulamentação, com restrição do direito greve, pelos tribunais que, contraditoriamente, não cobram solução para congelamento salarial, pelo qual também são responsáveis;
2. repudiar quaisquer portarias e outros atos administrativos dos tribunais que ataquem ou restrinjam o direito de greve dos servidores;
3. fortalecer a greve nacionalmente como principal instrumento para enfrentar as pressões das administrações e exigir do governo a aprovação dos PCS”.

Os servidores em SC irão mais uma vez mostrar capacidade de luta neste 1º de junho. Desligue suas máquinas e venha para a rua. Aguardamos você!

Acesse o site da Fenajufe, www.fenajufe.org.br, para enviar carta aos deputados da CTASP pela aprovação do PL 6613/2009. Há um formulário-padrão que é remetido a todos, que são os seguintes:

**PMDB/PT/PP/PR/
PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Alex Canziani PTB/PR

Chico Daltro PP/MT

Edgar Moury PMDB/PE

Emilia Fernandes PT/RS

Eudes Xavier PT/CE

Fernando Nascimento

PT/PE

Geraldo Pudim PR/RJ

Gorete Pereira PR/CE

Luciano Castro PR/RR

Luiz Carlos Busato PTB/
RS

Paulo Rocha PT/PA

Sabino Castelo Branco

PTB/AM

Sérgio Moraes PTB/RS

Vicentinho PT/SP

Wilson Braga PMDB/PB

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito PSDB/RJ

Thelma de Oliveira

PSDB/MT

**PSB/PDT/PCdoB/
PMN**

Daniel Almeida PCdoB/
BA

Júlio Delgado PSB/MG

Manuela D'ávila PCdoB/
RS

Mauro Nazif PSB/RO

Paulo Pereira da Silva

PDT/SP

Vanessa Grazziotin

PCdoB/AM

PV

Roberto Santiago PV/SP